

TEXTO, TEXTUALIDADES E JORNALISMO: A LEGITIMAÇÃO DE PRÁTICAS CULTURAIS NOS EDITORIAIS DO DIÁRIO FOLHA DE RONDÔNIA¹

Sandro Adalberto Colferai *

Resumo

Este artigo aborda a tomada de sentidos preferenciais em textos jornalísticos produzidos e em circulação na região amazônica. O recorte é feito a partir de textos de editoriais publicados pelo jornal diário Folha de Rondônia, editado no interior de Rondônia. A análise dos textos é feita a partir da perspectiva dos Estudos Culturais, como apresentada por Stuart Hall, Richard Johnson e Nick Couldry. São tomados os conceitos de Cultura, Identidade Cultural e Texto, além de se recuperar parte da história social da Amazônia e, em especial, de Rondônia, esta imersa no choque entre diferentes práticas simbólicas de populações tradicionais da Amazônia e colonizadores que passaram a ocupá-la a partir da década de 1970.

Palavras-chave

Comunicação; Identidade; Imigração na Amazônia.

Abstract

This article discusses the preferential making of meaning in journalistic texts produced and circulating in the Amazon region. The clip is made from texts of editorials published by the daily journal Folha de Rondônia, published in Rondônia. The text analysis is done from the perspective of Cultural Studies, as presented by Stuart Hall, Richard Johnson and Nick Couldry. They're taken the concepts of Culture, Cultural Identity and Text, and to recover part of the social history of the Amazônia and, in particular, Rondônia, immersed in this clash between different symbolic practices of traditional populations of the Amazon and settlers who came to occupy it from the 1970s.

Keywords

Communication, Identity, Immigration in the Amazônia

Os discursos sobre a Amazônia foram e ainda são os mais diferentes, mas se têm algo em comum é o fato de serem na maior parte externos à Amazônia. Ainda não se conhece plenamente os discursos produzidos pelos povos que nela vivem, e quais encontram, ali, legitimação. Neste contexto os meios de comunicação social, por colocarem – ou poderem colocar – em circulação os mais diferentes discursos, se apresentam como lugar privilegiado para compreender as estratégias usadas para legitimar determinadas práticas, ou mesmo para deslegitimar a outras.

Compreender as transformações pelas quais a Amazônia passou nas últimas décadas, e que redundaram na conformação de sua população, é fundamental para empreender a investigação neste campo. Exemplo disso é a necessidade de estender

a compreensão de como se constituem os povos da Amazônia. Já são parte da paisagem os grupos responsáveis pela subversão da paisagem amazônica: garimpeiros, mateiros, pecuaristas, madeireiros e agricultores, quase todos emigrados a partir dos anos 1970. Estes se somam a ribeirinhos, seringueiros, pescadores e índios. E isso não ocorre sem conflitos, principalmente no campo cultural. Um campo de disputas simbólicas está estabelecido na Amazônia, e os sentidos postos em circulação pelos meios de comunicação, como parte desta sociedade, acabam tendo relevância mais ampla que aquela pretendida por uma visão meramente instrumental. Eles podem demonstrar em que termos se dá a disputa, na cultura, pela preponderância de uma ou outra visão de mundo, a forma dos povos amazônicos enxergarem o espaço em que vivem e, a partir daí, decidirem as formas

de agir sobre ele.

Neste artigo o foco são as posições da imprensa, a partir do jornal Folha de Rondônia², e serão analisados textos editoriais nele publicados. A busca é por práticas culturais legitimadas como próprias do rondoniano e, desta forma, tomadas como constituidoras da identidade rondoniense. Há a compreensão de, por tratar-se de um espaço profundamente afetado pelas migrações ocorridas nas décadas de 1970 e 1980, esta ser uma abordagem que pode ser estendida a outras regiões da Amazônia que tenham as mesmas características de pólos atratores de imigrantes.

NOTAS SOBRE O ARCABOUÇO TEÓRICO

Da perspectiva dos Estudos Culturais contemporâneos, a cultura é tomada como ponto central na discussão e estudo dos fenômenos sociais, e determinante na alteração dos modos de viver, causando impacto sobre os sentidos dados à vida. Esta centralidade da cultura é definida por Stuart Hall (1997) em função das significações dadas pelos sujeitos às práticas realizadas em sociedade, ou por grupos na sociedade. As ações distintas daquelas determinadas por programação genética, biológica ou instintiva são “ações sociais”, que requerem e são relevantes para as significações. A partir disso, os seres humanos são tomados como seres interpretativos, instituidores de sentido, capazes de criar códigos que dão sentido às ações. É o conjunto formado pelas ações e pelos códigos que permite interpretar significativamente as ações alheias, é isso que, no conjunto, constitui o “cultural”. Assim todas as ações sociais são culturais, uma vez que “expressam ou comunicam um significado e, neste sentido, são práticas de significação” (Hall, 1997, p. 16).

Esta é também a posição de Richard Johnson (2004), mesmo preferindo – por reconhecer a polissemia do termo “cultura” – usar o que chama de termos-chave, como “consciência” e “subjetividade”, e neles

localizar o ponto de atuação dos Estudos Culturais. Este campo de estudos diz, então, respeito às formas históricas de consciência e subjetividade, às formas subjetivas através das quais vivemos. Numa síntese – considerada perigosa por Johnson – os Estudos Culturais dizem respeito ao lado subjetivo das relações sociais. Em função desta compreensão, não se pode limitar a cultura às práticas especializadas, ou mesmo às atividades populares. Todas as práticas sociais podem ser analisadas do ponto de vista cultural, seja o trabalho fabril, a vida em torno de instituições, a produção das mídias e o consumo.

Nesta perspectiva, é importante ver a natureza histórica das formas subjetivas, em primeiro lugar para garantir o exame tanto dos movimentos sociais, como das suas combinações. Em segundo lugar, por precisar buscar as histórias das formas sociais para conseguir enxergar como as tendências são modificadas pelas outras determinações sociais (Johnson, 2004).

Os discursos sobre a Amazônia foram e ainda são os mais diferentes, mas se têm algo em comum é o fato de serem na maior parte externos à Amazônia. Ainda não se conhece plenamente os discursos produzidos pelos povos que nela vivem, e quais encontram, ali, legitimação

A centralidade da cultura pode ser notada em diversos pontos da sociedade, tanto em aspectos substantivos como epistemológicos. O primeiro aspecto se refere à organização das atividades, instituições, relações culturais em sociedade, num dado momento histórico. Diz respeito, por um lado, às transformações ocasionadas pela multiplicação das tecnologias da informação, que mantêm um fluxo constante

de informações em circulação em todo o planeta e, com isso, causam transformações em nível global, em função da interconexão. Por outro lado, trata-se da vida cotidiana, da revolução cultural que se dá no microcosmo das pessoas comuns.

No aspecto epistemológico, é fundamental a apreensão da chamada “virada cultural”, expressão adotada para apontar a mudança de paradigma, que deixou de tomar a cultura como variável dependente, para tê-la como condição constitutiva da vida social. Esta mudança foi fundamentalmente relacionada à linguagem, que assumiu posição privilegiada na construção e circulação de significado. Tratou-se de admitir a relação direta entre linguagem e “realidade”. Com isso, pressuposições dadas em relação à natureza e à essência das coisas puderam passar a ser questionadas, uma vez que o significado deixou de estar nelas, mas na forma como este objeto é socialmente construído.

Neste artigo o foco são as posições da imprensa, a partir do jornal Folha de Rondônia¹, e serão analisados textos editoriais nele publicados. A busca é por práticas culturais legitimadas como próprias do rondoniano e, desta forma, tomadas como constituidoras da identidade rondoniense

Isso sugere que a identificação não se dá a partir de um centro interior, mas no “diálogo” entre “os conceitos e definições que são representados para nós pelos discursos de uma cultura e pelo desejo (consciente ou inconsciente) de responder aos apelos feitos por estes significados” (Hall, 1997, p. 26). Desta forma, é possível dizer que as identificações se dão dentro das representações, mas através da cultura. As representações permitem que seja possível

se posicionar nas definições de discursos culturais, estes exteriores, ou na subjetivação, dentro dos discursos, uma vez que as duas posições – interior ou exterior ao discurso – encontram-se articuladas.

É aí que se estabelece o conceito de identidade cultural, tal como entendida por Stuart Hall (2003). Trata-se da noção de pertencimento do indivíduo a culturas étnicas, raciais, lingüísticas, religiosas e, acima de tudo, nacionais. Mas estes pertencimentos são problematizados sobre o pano de fundo de um processo amplo de mudança “que está deslocando as estruturas e processos centrais das sociedades modernas e abalando os quadros de referência que davam aos indivíduos uma ancoragem estável no mundo social” (Hall, 2003, p. 7). Com isso, deslocamentos são impostos e levam à possibilidade de se reconhecer, e ser reconhecido, de diferentes formas. Trata-se de uma noção de pertencimento não mais essencialista e imutável, esta superada diante das novas dinâmicas sociais. Ao mesmo tempo, um indivíduo pode-se reconhecer como parte de vários grupos, auto-identificados pelas mais diferentes características. Para Hall, as identidades estariam então descentradas, fragmentadas, e isso torna possível o múltiplo pertencimento. As posições diferentes às quais o indivíduo pode se apegar são legitimadas nos discursos e estes, por sua vez, estão ancorados em práticas culturais reconhecidas pelos diferentes grupos sociais.

TEXTOS E TEXTUALIDADE: O OLHAR SOBRE O TODO

A partir do reconhecimento de uma instância subjetiva da cultura, os Estudos Culturais assumem como ponto preferencial de abordagem das práticas culturais os textos colocados em circulação num dado contexto, postos em primeiro plano os ingredientes simbólicos deles advindos. Desde os chamados textos fundadores³, fica claro que é rejeitada a idéia de tratar de textos legitimados por um cânone e por isso alocados

no bojo dos que “vale a pena estudar”. Por *texto* entende-se “[...] um complexo de significados interrelacionados que seus leitores tendem a interpretar como um todo distinto e unificado”⁴ (Couldry, 2000, pp. 70-71). Assim, o texto não é encarado como um objeto fechado sobre si mesmo, mas como toda a gama de significações acionadas a partir de determinada leitura, seja pelo conhecimento prévio do “leitor”, seja pela ligação que se faz com outros textos. O conceito de texto, então, solta as amarras que o mantiveram como um objeto lingüístico restrito e pode ser encarado a partir das mais diferentes formas, seja camisetas, brinquedos, filmes ou quaisquer outras manifestações significativas.

Ao conceito de texto de Couldry, liga-se a noção de textualidade, esta fundamental, uma vez que não é o objeto “texto” que deve ser tomado como ponto de partida para a investigação, mas os significados por ele acionados. Como textualidade, então, compreende-se a maneira como os diferentes textos são encarados pelas audiências, seja na forma de recebê-los ou mesmo nas relações feitas a partir deles. É o que ocorre, por exemplo, com os textos colocados em circulação sob a forma de filmes ou revistas. Enquanto, no primeiro admite-se que o espectador ficará nele concentrado até o final, na segunda reconhece-se que pode haver atenção fragmentada. De qualquer forma, o que interessa saber, em ambos os casos, é sob quais convenções esses “textos” são lidos, e por quem? A noção de textualidade prende-se a ideia de intertextualidade, pois os leitores acionam todo um repertório prévio sobre o qual têm conhecimento, sempre que são colocados em contato com um novo texto. Como destaca Couldry, dar conta das questões que envolvem textualidade e intertextualidade requer ir além de questões subjetivas, e estar atento às “operações reais do campo textual contemporâneo”⁵ (Couldry, 2000, p. 72).

Num contexto em que uma gama

cada vez maior de textos é oferecida, numa profusão nunca antes vista, estratégias são desenvolvidas pelos leitores a fim de selecionar onde deverá centrar atenção. Mas, quais são estas estratégias e de que forma são colocadas em ação? Para pretender uma resposta é preciso levar em conta o universo de textos potencialmente legíveis em torno de nós. Da mesma forma, é preciso considerar o contexto, como já referido acima, se houver a pretensão séria de se reconhecer como os significados são colocados em circulação e, depois, apropriados. É fundamental deixar de ver o texto como unidade isolada e passar a reconhecê-lo como integrado a uma extensa rede de significações sociais.

A partir destas noções, Couldry aponta para uma questão que nos parece fundamental diante do objeto que se tem em vista aqui: como fazer análise textual diante de uma enorme proliferação de textos? Em seguida, parece deixar a pista para uma resposta, pois destaca que o objeto de estudo não deve ser um conjunto determinado de textos, mas todo o ambiente textual, como funciona e como ocorrem as negociações diante dele. O descentramento da noção tradicional de texto é fundamental para a leitura proposta por Couldry, e tal posicionamento leva a outro descentramento: “Ao invés do texto ser fonte de certeza, tornou-se o lugar de um enigma, ou pelo menos de cuidadosa exploração”⁶ (Couldry, 2000, p. 87).

FRONTEIRA DE CONFRONTOS: O CONTEXTO

Aqui, a “cuidadosa exploração” se faz numa extensa faixa do território brasileiro, às bordas da Amazônia, e que se configura como fronteira simbólica, onde ocorre o encontro de diferentes formas de enxergar o espaço em que se fixam as populações. E nas condições ali apresentadas se constroem textos e lhes são dados os sentidos através de diferentes cruzamentos. O contexto, responsável pelo estabelecimento de relações intertextuais, por ser heterogêneo na constituição

de sentidos, leva a conflitos exatamente na percepção que se tem da forma como agir sobre o ambiente. Esse espaço compreende um cinturão ao sul da região amazônica, iniciando-se no Maranhão, passando por Tocantins, Pará, Amazonas e Mato Grosso, até Rondônia, e que avança a passos rápidos sobre a floresta. A configuração de fronteira, nesta região, começou a se firmar a partir da década de 1960, com a implementação, pelo governo federal, de um plano de desenvolvimento, que envolvia todo o país e, especialmente, o Centro-Oeste e Norte brasileiros, mas o movimento de ocupação tem origens mais remotas.

A Amazônia brasileira teve diferentes momentos de ocupação, desde o século XVI, quando a prioridade era manter a presença na região para garantir a sua posse. Mas a presença humana só se intensificou a partir das últimas décadas do século XIX, com o interesse internacional pela borracha. O primeiro e o segundo ciclos da borracha, entre 1870 e 1920, e depois na década de 1940, respectivamente, foram os primeiros responsáveis pela fixação de populações que até hoje se mantêm na Amazônia. De acordo com Samuel Benchimol (1977), é possível avaliar que, nesses períodos, tenha havido a imigração de até 1,5 milhão de pessoas para a região, quase na totalidade nordestinos – com destaque para emigrantes do Ceará.

Novo movimento migratório passa a ser registrado a partir dos últimos anos da década de 1960 e intensifica-se nos 20 anos seguintes. Desta vez, trata-se de uma estratégia do governo federal tanto para ocupar a região amazônica como forma de solução dos problemas fundiários registrados no centro-sul do país. Com isso, iniciou-se uma das maiores migrações internas de que se têm notícias no Brasil. Apenas para a região Norte, nas décadas de 1970 e 1980, encaminharam-se 7,5 milhões de pessoas, o que significou um crescimento populacional, em duas décadas, de 200% (Souza, 2001, pp. 52-59). Rondônia, um dos desti-

nos preferenciais dos colonos imigrantes, teve no mesmo período um crescimento populacional superior a 1.000%. Em 1970 a população do estado, em números absolutos, era de 111 mil habitantes, e chegou a 1,13 milhão em 1991 (Perdigão; Bassegio, 1992, p. 178).

Estavam dados os elementos essenciais para o choque entre práticas simbólicas às bordas da Amazônia. A primeira leva de imigrantes teve como principal rota de acesso os rios da região, o que significa dizer que alcançaram seus destinos a partir do rio Amazonas e seus afluentes – aqui nos interessa os imigrantes fixados à margem direita do rio Amazonas, em especial na região do Alto Madeira⁷. Trata-se, então, de uma população que se distribui no sentido norte-sul. O segundo grande grupo de imigrantes chega à região distribuindo-se a partir da borda da Amazônia, no sentido sul-norte, uma vez que a estratégia do governo federal incluía a construção de estradas para facilitar esta penetração.

O encontro entre os dois grupos imigrantes constitui aquilo que agora pode ser considerada uma fronteira interna no Brasil, já que, mesmo tratando-se de imigrantes, são movimentos populacionais distintos, tanto na sua constituição como nos períodos em que se deram. As práticas culturais, as representações simbólicas apreendidas por um e outro grupo e, principalmente, a relação que mantêm com o meio ambiente que os cerca, são absolutamente distintas. Os seringueiros desenvolveram, ao longo das décadas, uma relação de troca com o seu ambiente, notadamente a floresta, apropriando-se de mitos indígenas e adaptando outros à nova realidade. Os colonos, a segunda grande leva migratória, tanto pela sua experiência como pelo modelo de desenvolvimento proposto por órgãos oficiais, têm posição distinta, uma vez que a sua atividade é de intervenção na natureza: para plantar é necessário submeter a floresta, removê-la. Isso levava à negação de uma relação de reciprocidade

com a floresta, uma vez que esta deveria ser submetida às novas práticas, notadamente àquelas próprias da implantação de lavouras (Cemin, 1992; Teixeira, 1996). Práticas diferentes e distintas formas de encarar o ambiente e uns aos outros: estava, também, dado o contexto da disputa simbólica a ser travada.

TEXTOS DE LEGITIMAÇÃO: EDITORIAIS DA FOLHA DE RONDÔNIA

A opção de recorte tomada aqui privilegia o diário *Folha de Rondônia*, especificamente editoriais publicados neste jornal. A amostragem para análise compreende seis editoriais publicados entre os dias 21 de outubro de 2008 e 06 de novembro de 2008, divididos em dois grupos: três editoriais publicados entre os dias 21 e 23 de outubro, e outros três publicados entre 04 e 06 de novembro. A opção de tomar editoriais para análise se deve à compreensão de que é neles que os veículos de comunicação de massa expõem os seus posicionamentos acerca de eventos que norteiam sua atuação. O editorial define e expressa o ponto de vista do veículo ou de empresa responsável pela publicação (Rabça; Barbosa, 2001). Assim, aqui os textos de editoriais são tomados como exemplos da posição assumida pelo jornal, objeto de análise, frente ao contexto em que se insere, no caso, o estado de Rondônia e sua história particular, especialmente a configuração da sociedade a partir da década de 1970, e o embate entre grupos com práticas simbólicas distintas.

A análise foi norteada pela inserção dos textos publicados na Folha de Rondônia no contexto específico do estado. Para isso, os editoriais devem ser tomados como textos no sentido proposto por Nick Coul-dry, assim como o contexto, na medida em que aciona intertextos. Estes, por sua vez, são determinados pela cultura própria dos grupos que os produzem e os sentidos apreendidos pelos leitores são também por ela determinados, e levam a identificações

que podem ser tomadas como constituidoras de uma identidade cultural representativa do rondoniense. Isso implica que os sentidos colocados em circulação pelo jornal – em especial o editorial – são tomados como indicadores de posicionamentos efetivos, mesmo que não explícitos, do jornal.

A leitura dos editoriais selecionados aponta para o que podem ser considerados três eixos principais seguidos na expressão de posicionamentos da Folha de Rondônia: (a) a figura do Estado legitimador de ações nos diversos níveis da sociedade, (b) o apagamento das populações tradicionais (ribeirinhos, seringueiros, mateiros e índios) e a atenção voltada para a parcela da população constituída basicamente por colonos, e (c) a tentativa de uma releitura de fatos históricos para a construção de um passado mítico, voltado para a legitimação das práticas simbólicas inseridas pela colonização.

O Estado legitimador aparece de maneira que, num primeiro olhar, pode parecer contraditória, pois há uma série de críticas direcionadas às instituições do Estado. No entanto, pode ser encarada como a legitimação das ações das instituições do Estado e dos seus posicionamentos. No editorial “Meta é a saúde comercial”, de 21/10, o Estado surge como o principal responsável pelo indicado sucesso em campanhas de sanidade animal, ao mesmo tempo em que é cobrado pela manutenção desse sucesso.

Esse é o grande ponto a se comemorar pela luta desses quase 10 anos contra aftosa e também o fator que leva à necessidade de permanência de *fiscalização intensa*, já que, da mesma forma que o reconhecimento veio, ele pode ir embora.

[...] *Rondônia* não pode se permitir um retrocesso no status sanitário...

[...] O prestígio do lançamento deve continuar também durante o período de vacinação dos rebanhos, que vai até o próximo dia 15, para que o *Estado* continue mostrando ao mundo que é mesmo referência quando o

assunto é a seriedade no controle da saúde animal. (Destaque meus)

Essa cobrança surge novamente no editorial seguinte – “Violência no campo reflete na cidade”, de 22/10 – quando o Estado é responsabilizado pelos problemas e incumbido de resolver esses mesmos conflitos:

Os índices da violência no campo, além dos problemas evidentes, depõem contra todo o sistema de *Segurança Pública de Rondônia*. [...] O *Legislativo* tem papel fundamental para que a criminalidade seja reduzida. [...] a sociedade civil deve empenhar-se em cobrar das autoridades medidas efetivas de combate à criminalidade, [...]

Isso também acontece quando se tematiza a saúde pública – “Transferindo os problemas”, 04/11, responsabilidade do Estado e, por isso, a ele atribuídas as mazelas e a capacidade de solução.

A falta de comprometimento dos *administradores municipais* é a maior causa da problemática da saúde das cidades pólo e isso é de conhecimento entre a classe política.

Situações semelhantes podem ser apontadas nos editoriais “Abandonamos do trem da história” (05/11)[...]

Estamos falando sobre volume de carga em ritmo jamais imaginado por estas bandas se tivéssemos nossa *bancada federal* buscando meios para levantar a bandeira das ferrovias e da melhoria dos transportes fluviais e, conseqüentemente, a modernização dos portos.

[...] e “Controle é a palavra chave” (06/11):

Caso houvesse uma *determinação dos governos* que essas campanhas fossem mesmo preventivas e não reparativas, como é a da dengue, certamente os números registrados todos os anos no período das chuvas seriam menores.

A cobrança por soluções, direcionada ao Estado que, num primeiro momento, é um ataque às suas instituições, acaba por legitimá-lo em suas ações. Esse movimento se dá na medida em que o Estado é apresentado como a figura que, potencialmente detém as soluções e, desta forma, legitima-se como aquela que pode apresentar os rumos a serem tomados por todo o conjunto da sociedade. O jornal, ao recuperar esta função do Estado, em seus editoriais, estaria contribuindo para a sua legitimação e das suas ações e, assim, apontando-o como a instância onde as decisões são tomadas e aquela em que devem ser buscadas as soluções das quais a sociedade necessita.

Esse movimento de legitimação que – em boa medida é dissimulado na crítica apresentada – acaba por legitimar, também, a colonização promovida, também pelo Estado, desde a década de 1960. Uma vez que foi o governo federal o responsável pela ocupação de Rondônia, e foi em seu discurso que se construiu a idéia de um vazio demográfico a ser ocupado, a colonização é um produto do Estado e, como tal, é por ele apresentada como legítima. Assim ocorre um duplo movimento de apropriação das práticas e sentidos impostos pela colonização agrícola. As instituições do Estado se apropriam destes sentidos e práticas, garantindo a manutenção do jogo em que estes são fixados e tomados como próprios e Rondônia e, conseqüentemente, legítimos de constituírem sua identidade cultural.

O jogo, acionado através da figura do Estado, intensifica-se no apagamento das populações tradicionais (b) nos discursos presentes nos editoriais analisados. Ao privilegiar questões relacionadas à população urbana, ou às práticas urbanas – que podem ser tomadas mesmo por grupos que, predominantemente, são voltados a atividades rurais – mais uma vez o foco centra-se na figura do colonizador, este o formador dos núcleos urbanos e, preferencialmente, o re-

sponsável pelas práticas que o constituem. A ausência dos grupos tradicionais, formados a partir das primeiras levas migratórias significativas para Rondônia – os dois ciclos da borracha – faz com que o espaço do discurso nos editoriais da Folha de Rondônia seja preenchido por aqueles que têm práticas simbólicas distintas deles. As ações dos grupos que têm sua base nas práticas introduzidas durante a colonização são os que detêm os espaços e os seus discursos obtém, com isso, maior circulação.

A ausência do ribeirinho, do seringueiro, do mateiro, do garimpeiro, nos textos editoriais da *Folha de Rondônia* é manifesta, e potencializada, na medida em que não surgem sequer quando se aborda temas que a eles estariam relacionados. É o que acontece no editorial “Violência no campo reflete na cidade” (22/10), em que se discute a necessidade de resolução para os conflitos no campo, mas as populações tradicionais não são apresentadas na discussão. Ao invés disso, volta-se para proprietários de terras originários da colonização agrícola e os sem-terra.

A ânsia locupletaria que emerge das *terras rondonienses* é um dos pontos que mostram a necessidade de *avanços na Segurança, Judiciário e desenvolvimento humano no Estado*.

[...] Uma participação efetiva dos *representantes do povo* no combate às disputas por terra é o ponto de partida para que a tão falada *paz no campo* possa acontecer em Rondônia.

Ambos são colonos, originários das levas de colonizadores, enquanto a população tradicional não encontra espaço nessa discussão – como nunca encontrou, desde o seu apagamento, no momento em que Rondônia foi caracterizada como vazio demográfico a ser ocupado.

Outro momento em que este apagamento se torna visível é na referência à Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, feita no

editorial “Abandonamos o trem da história” (05/11). A estrada de ferro foi construída em função da exploração de borracha. Logo, está diretamente relacionada às populações tradicionais da Amazônia, mas no discurso apropriado pela Folha de Rondônia, é relacionada diretamente com práticas próprias do setor agropecuário.

Há pouco mais de um século, neste pedaço de Brasil, quando sequer sonhava-se que um dia se chamaria Rondônia, dava-se um salto importante para o futuro: iniciava-se a construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré.

[...] Não estamos querendo aqui dizer que as estradas não são importantes, mas podemos *baratear os custos de logística e nos tornarmos mais competitivos*, tanto no mercado interno como no mercado externo, *por meio das ferrovias* e através do transporte fluvial. [...] Senhores políticos, vossas excelências não têm idéia de como, há 100 anos, *os que idealizaram e construíram a Estrada de Ferro Madeira-Mamoré tinham uma visão muito além do nosso tempo.*

É também a partir do editorial citado acima que se pode inferir a existência de outro movimento (c) que aponta para a apropriação de fatos históricos para a criação de um passado mítico que legitime as práticas hoje predominantes em Rondônia. A tomada da estrada de ferro como um elemento diretamente ligado ao que, no editorial “Meta é a saúde comercial” (21/08), é apontado como a vocação, exclusiva, de Rondônia: a agropecuária.

Um Estado com *vocação exclusivamente agropecuária*, os reflexos da volta de casos de aftosa- o que se espera nunca noticiariam devastadores [...]

A analogia feita ali trata do trem da história, este ligado ao desenvolvimento dos setores produtivos. Aqui, parece haver a tentativa de criação de um passado mítico para o colonizador, que seria a figura legíti-

ma a ocupar aquele espaço, assim como suas ações são justificadas. Fica clara esta posição no editorial “Controle é a palavra chave” (06/11), em que o povo de Rondônia é caracterizado como corajoso, em função da herança genética, e trabalhador por natureza – e o trabalho é compreendido como aquele ligado aos setores produtivos, predominantemente o agronegócio uma vez que este editorial afirma ser exemplar o controle sanitário do rebanho bovino.

A maior riqueza de Rondônia é o seu povo, corajoso por herança genética e trabalhador por natureza.

Essa é uma posição reforçada em “Abandonamos o trem da história” (05/11), em que surgem jogos de palavras que criam oposições entre os termos “árvores” e “fogo”, este último tomado como instrumento de uma conquista; e entre uma época de “pedra lascada” e “desenvolvimento”.

Por favor, desçam das árvores da burocracia mental, conquistem o fogo, porque o período da pedra-lascada não pode ser nosso rótulo de desenvolvimento.

“Pedra lascada” é tomada como uma época pré-desenvolvimento, anterior à presença dos colonizadores em Rondônia, período em que as populações tradicionais ocupavam este espaço sem dele tirarem o pretendido proveito. Assim, com a caracterização de um colono corajoso, trabalhador, e com a apropriação de elementos históricos pela lógica da colonização, parece haver um direcionamento para o estabelecimento de um passado mítico, que legitime a colonização, e as suas práticas simbólicas, como as que constituem a identidade cultural do rondoniense, na mesma direção em que se dá o apagamento das populações tradicionais e a legitimação desses dois movimentos, pela figura do Estado, que as institucionaliza.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise aqui realizada não pretende afirmar que existe um posicionamento preferencial nos meios de comunicação de Rondônia, ou mesmo no diário *Folha de Rondônia*. No entanto, os elementos levantados apontam na direção que deve ser melhor investigada a fim de se verificar hipóteses que podem – estas sim – indicar posições privilegiadas de identificação.

Tendo como pano de fundo o contexto histórico que levou à atual conformação social do estado de Rondônia, e a cultura própria dos grupos que ocuparam seu território, tenta-se delinear posições preferenciais dos meios de comunicação. Verifica-se, a partir da análise dos editoriais aqui apresentados, que pode haver um alinhamento dos meios de comunicação com os grupos hegemônicos, estes com origem nas levadas de colonos migrantes que aportaram em Rondônia a partir da década de 1970. É possível, também, fazer inferências sobre quais são as estratégias para que isso aconteça e quais os mecanismos utilizados para tornar tais estratégias possíveis. Neste ponto o Estado surge como aliado, se não como instrumento dos grupos hegemônicos, uma vez que suas ações são tomadas como legítimas ao atender a estes grupos.

O apagamento das populações tradicionais, ausente do discurso organizado pela *Folha de Rondônia* em seus editoriais, e a aparente apropriação de elementos históricos ligados a esta população, por parte dos mesmos grupos hegemônicos, para legitimar a criação de um passado mítico, em que o território bravio é desbravado por homens corajosos e trabalhadores. As estratégias surgem no âmbito da cultura para legitimar uma gama de práticas simbólicas, enquanto outra é apagada, descartada e, quando muito, absorvida e transformada para, ao cabo, ver-se como mais um elemento de legitimação das práticas hegemônicas.

Estas estratégias são textos de cultura

colocados em circulação, que encontram ancoragem no contexto, este constantemente revisitado para que releituras dele possam ser ofertadas. O *intertexto* é criado e legitimado a partir deste movimento duplo, que requer por um lado legitimação de um grupo de práticas, e, por outro, o apagamento de outros. É neste jogo que se apresenta uma identidade preferencial como a identidade cultural de Rondônia. E esta identidade é a dos grupos que detêm a hegemonia cultura, representada pelas práticas voltadas ao agronegócio, de maneira geral, cuja gênese, neste contexto particular, está nas imigrações ocorridas a partir da década de 1970.

É neste jogo que se apresenta uma identidade preferencial como a identidade cultural de Rondônia. E esta identidade é a dos grupos que detêm a hegemonia cultura, representada pelas práticas voltadas ao agronegócio, de maneira geral, cuja gênese, neste contexto particular, está nas imigrações ocorridas a partir da década de 1970

O que fica é o apontamento de possibilidades de pesquisa, mais do que conclusões, pois ao tomar os meios de comunicação social como campo privilegiado para realizar a investigação sobre identidade, e os mecanismos para sua legitimação, fica claro que há um complexo de elementos a ser considerado. É fundamental considerar, não apenas as bases culturais sobre as quais se assenta uma população, mas também quais são as condições em que as mensagens são construídas; quem são os membros desta sociedade responsáveis pela elaboração dos textos que circulam; e quais são as instituições – além do Estado – que servem de

fonte e receptor para as mensagens. Não menos importante é verificar quais são as formas de mediação existentes na sociedade que se tem em foco.

NOTAS

* Professor do curso de Comunicação Social/Jornalismo, da Universidade Federal de Rondônia – UNIR. E-mail: sandrocolferai@hotmail.com

¹ A primeira versão deste artigo foi apresentada na Sessão Temática Estudos de Recepção e Consumo, durante o II Colóquio Binacional Brasil-México de Ciências da Comunicação, em abril de 2009, em São Paulo-SP.

² Único jornal diário instalado no interior de Rondônia. Com tiragem média de 6.500 exemplares, circula em todos os 53 municípios do estado, e toma essa abrangência e a cobertura do interior como prioritária desde a sua fundação, em 1999.

³ Culture and Society (1958) Raymond Williams; The Uses of Literacy (1957), Richard Hoggart; The making of the English working class (1963) E.P. Thompson.

⁴ “[...] a complex of interrelated meanings which its readers tend to interpret as a discrete, unified whole” (tradução minha).

⁵ “actual operations of the contemporary textual field” (tradução minha).

⁶ “Instead of the text being the source of certainty, it has become the site of an enigma, or at least cautions exploration” (tradução minha).

⁷ Como Alto Madeira, reconhece-se a região que margeia este rio, a partir do município de Humaitá (AM), até a divisa entre Brasil e Bolívia, já no estado de Rondônia. Nesta área, está localizado o município de Porto Velho, capital do estado. A extensão desta área se dá até os rios Mamoré e Guaporé, estes as principais vias de acesso ao território que viria a se tornar Rondônia, e por onde se iniciou a sua ocupação.

REFERÊNCIAS

BENCHIMOL, Samuel. **Amazônia**: um pouco antes e além-depois. Manaus: Umberto Calderaro, 1977.

CEMIN, Arneide Bandeira. **Colonização e Natureza: análise da relação social do homem com a natureza na colonização agrícola de Rondônia.** 1992. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – UFRGS, Porto Alegre, 1992

colonos: encontro de culturas e utopias de liberdade em Rondônia. 1996. Tese. (Doutorado em Ciências Sociais) – Unicamp, Campinas, 1996

COULDRY, Nick. **Inside Culture** – Re-imagining the method of cultural studies. London: Sage, 2000.

FOLHA DE RONDÔNIA. **Abandonamos o trem da história.** Ji-Paraná (RO), ano X n. 2744, p. 4, col. 3-5, 05 nov. 2008.

_____. **Controle é a palavra-chave.** Ji-Paraná (RO), ano X n. 2745, p. 4, col. 3-5, 06 nov. 2008.

_____. **Meta é a saúde social.** Ji-Paraná (RO), ano X n. 2731, p. 4, col. 3-5, 21 out. 2008.

_____. **O crime como ponto de partida.** Ji-Paraná (RO), ano X n. 2733, p. 4, col. 3-5, 23 out. 2008.

_____. **Transferindo os problemas.** Ji-Paraná (RO), ano X n. 2743, p. 4, col. 3-5, 04 nov. 2008.

_____. **Violência no campo reflete na cidade.** Folha de Rondônia, Ji-Paraná (RO), ano X, n. 2732, p. 4, col. 3-5, 22 out. 2008.

HALL, Stuart. **A Identidade Cultural na Pós-Modernidade.** Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

_____. **Da Diáspora.** Identidades e Mediações Culturais. Belo Horizonte: UFMG, 2006

JOHNSON, Richard. **O que é, afinal, Estudos Culturais.** Tomaz Tadeu da Silva (Trad). Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

PERDIGÃO, Francinete; BASSEGIO, Luiz. **Migrantes Amazônicos** – Rondônia: Trajetória da Ilusão. São Paulo: Loyola, 1992.

RABAÇA, Carlos Alberto; BARBOSA, Gustavo Guimarães. **Dicionário de Comunicação.** Rio de Janeiro: Campus, 2001.

SOUZA, Carla Monteiro de. **Gaúchos em Roraima.** Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

TEIXEIRA, Carlos Corrêa. **Seringueiros e**